**Nota de Repúdio à Administração Central da UFRRJ sobre casos de transfobia e violência de gênero**

A Assembleia da Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (ADUR-RJ), seção do ANDES-SN, manifesta repúdio à negligência e omissão costumeiramente demonstradas pela administração central da UFRRJ diante de inúmeros casos relacionados a agressões e violência de gênero, além de fobias ligadas às identidades de pessoas lésbicas, transexuais, travestis, gays, bissexuais e intersexuais nos seus *campi*. Esta nota tem como principais causas a deliberada ação de desrespeito e violação de direitos por parte de quadros dirigentes da universidade, reforçada pela inexistência de uma política ligada ao reconhecimento da cidadania transexual e travesti em nossa universidade e ausência de uma política que combata a cultura do estupro, e, sobretudo, a omissão de punição para aqueles que cometem agressão e violência sexual de gênero nos *campi* da UFRRJ.

Mesmo diante do Decreto Nº 8.727, de 28 de Abril de 2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, tal direito tem sido cerceado diante da iniciativa do gabinete da reitoria, que interpreta o dispositivo como garantia restrita aos servidores. Por ter sido aprovado por conselhos universitários, o emprego do nome social deve ser garantido e figurar exclusivamente em qualquer que seja a documentação no âmbito da universidade. A usual postura de desrespeito administrativo aos direitos tem resultado em práticas de violências transfóbica e de gênero sistemáticas nas universidades. O mais recente caso foi tornado público pela denúncia de violência contra o discente transexual que, num momento de vulnerabilidade resultante de prática de assédio dentro da universidade, tentou suicídio. A cadeia de práticas abusivas não se interrompeu e ao buscar o Posto de Atendimento Médico da UFRRJ foi caluniado, mal atendido e ferido tanto pela autoridade médica, quanto pela assistência em enfermagem (que acusou de falsificação de documento por constar no mesmo seu nome do registro civil e seu nome social). Este fato por si só é apenas uma demonstração de como a administração central da UFRRJ tem sido negligente no que diz respeito à garantia de direitos da população LGBTTI ruralina. Mas para além das triviais e ineficazes sindicâncias, as quais não punem quem violenta, exigimos que este caso seja encaminhado aos Conselhos Regionais de Medicina e Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro, com vistas a avaliar o comprometimento ético desses trabalhadores diante de um paciente em situação de extrema vulnerabilidade.

No Brasil, diversas universidades, com destaque a Universidade Federal do Amapá - UNIFAP - que desde 2009 garante às pessoas transexuais o direito do uso do nome social, e organismos públicos de unidades da federação desenvolvem tais garantias sociais. O atraso no debate sobre a temática aponta que a UFRRJ negligencia essa população que, infelizmente, é uma das que mais sofre violências no país. Além disso, a ADUR exige que a Administração Central da UFRRJ providencie em caráter de urgência, a aplicação do Decreto N° 8.727 a quaisquer pessoas da comunidade ruralina.

Outro caso a ser registrado é o do suicídio de Isadora, aluna vítima de agressão sexual dentro da universidade. A longa cadeia de abusos e negligencias por parte de representantes do corpo docente, discente e administrativo da universidade resultou no suicídio de Isadora; as práticas discriminatórias tomaram forma de assassinato. A negligencia e cumplicidade frente a violência de gênero mostraram seus efeitos mais nefastos. Nossa solidariedade aos familiares e amigos de Isadora nesse momento é, ao contrário de outros casos, amparada numa prática de luta e resistência e não no oportunismo e casuísmo. A ADUR tem participado ativamente da luta contra a violência e o machismo dentro e fora da Universidade. Fora dessa luta, não existe solidariedade real e sincera.

Diante do exposto, a ADUR exige da Administração Central da UFRRJ a criação de políticas para combater a cultura do estupro e para o reconhecimento das identidades de gênero de pessoas travestis e transexuais, com programas de treinamento e de debates junto aos segmentos dos terceirizados, servidores, professores e alunos, com vistas a mitigar possíveis situações que ponham em risco a dignidade humana de mulheres e da população LGBTTI. Ademais, exige da Administração Central da UFRRJ a criação de um procedimento que suspenda os acusados de cometeram agressões e violências de gênero e de fobias ligadas às identidades da população LGBTTI de suas atividades na universidade, sejam eles do corpo discente, docente ou administrativo. Tais agressões, violências e fobias devem ser apuradas pelos órgãos competentes da sociedade civil e não pela comunidade acadêmica da UFRRJ. Em casos de confirmação das agressões e violências, exigimos da Administração Central da UFRRJ a expulsão dos agressores.

Seropédica, 13 de Junho de 2016